



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

ATA DE REUNIÃO

Página | 1

LOCAL: PALÁCIO DA JUSTIÇA DE IDANHA-A-NOVA

DATA: 11/11/2021

Pelas 11:30 horas reuniu-se o Conselho de Gestão do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco, encontrando-se presentes o Exmo. Juiz Presidente Dr. Miguel Mauro Fernandes de Castro, a Exma. Magistrada do Ministério Público Coordenadora Dra. Lígia Maria Reis de Moraes e Costa Matos Salbany, e a Exma. Administradora Judiciária Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa, assessorados pelo Sr. Escrivão de Direito Vítor Manuel Marques Dias, em apoio ao Conselho de Gestão, encontrando-se ainda presentes a Exma. Sra. Dra. Célia Patrícia Araújo Costa de Nogueira Flores, Juíza titular do Juízo de Competência Genérica de Idanha-a-Nova, a Exma. Sra. Dra. Maria Cristina Oliveira de Castro, Procuradora da República em exercício no Juízo de Competência Genérica de Idanha-a-Nova, e o Exmo. Sr. Escrivão de Direito Hélder Rui Ferreira da Fonseca.

A reunião teve o seguinte objeto:

Propostas de solução para a atual situação do Núcleo de Idanha-a-Nova

Iniciada a reunião, pela Exma. Administradora Judiciária foi referido que não se antevê a possibilidade de alteração da presente situação, no que respeita ao quadro de Oficiais de Justiça do Núcleo de Idanha-a-Nova.

Em seguida, tomou a palavra o Exmo. Sr. Juiz Presidente que, em face do transmitido pela Exma. Administradora Judiciária, efetuou as seguintes propostas de solução, uma vez analisado o quadro de diligências processuais agendadas, o número de efetivos no Núcleo e a impossibilidade prática de recurso a Oficiais de Justiça de outros Núcleos que não o de Castelo Branco, atenta a distância a Idanha-a-Nova:

- 1ª Tentativa, por parte da Exma. Administradora Judiciária, de convencer alguns Oficiais de Justiça do Núcleo de Castelo Branco, em deslocarem-se ao Núcleo de Idanha-a-Nova, a fim de intervirem em diligências judiciais, sugerindo que tal suceda nos dias 17, 24 ou 25 e 30 de novembro. Justificou esta proposta pela necessidade de salvaguardar o estado de saúde da Sra. Escrivã Adjunta



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Leonor de Jesus Simão Roque Fernandes, que se encontra onerada com a totalidade do serviço judicial – salvo o tramitado à distância pelo Núcleo de Oleiros e o que vem sendo assegurado pelo Sr. Escrivão de Direito Hélder Rui Ferreira da Fonseca e pelo Sr. Técnico de Justiça Auxiliar Filipe Manuel Esteves de Carvalho –, o que implica a presença nas diligências, a elaboração das correspondentes atas e todo o restante serviço do Núcleo da Secretaria, o que se mostra excessivo para as capacidades de um só Oficial de Justiça;

Página | 2

- 2ª Evitar novos agendamentos, para além dos já efetuados, até às férias judiciais de Natal, salvo no que concerne a processos de natureza urgente;
- 3ª Agendamento de eventuais continuções das diligências implicando a desmarcação de outro serviço, a priorizar segundo o respetivo carácter de urgência, assim se evitando a acumulação de novas diligências com subtração de períodos em que, neste momento, não há diligências agendadas, assim permitindo a execução, pelos Oficiais de Justiça do Núcleo, de outro serviço;
- 4ª Agendamento de diligências limitado a 3 dias por semana, a partir de janeiro de 2022. Esta medida visa salvaguardar o lapso de tempo necessário à elaboração e execução de outro serviço, trabalho que não será possível executar nos períodos de realização de diligências, considerando sempre a previsível manutenção do atual quadro de Oficiais de Justiça;
- 5ª Não se mostrando possível assegurar a presença de Oficial de Justiça do Núcleo de Castelo Branco, nos termos da primeira proposta, remarcação do serviço já agendado, incluindo o adiamento de algum desse serviço, a priorizar segundo a urgência dos processos.

Em seguida tomou a palavra a Exma. Sra. Dra. Célia Patrícia Araújo Costa de Nogueira Flores, que manifestou reservas quanto ao eventual adiamento de diligências já agendadas, salientando a necessidade de dar andamento aos processos, especialmente porque encontrou largo número de processos cíveis na fase de saneamento dos processos.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito que o adiamento de algumas diligências, não sendo uma solução desejada, representa, contudo, a solução possível, designadamente se confrontada com a possibilidade de ausência ao serviço da Sra. Escrivã Adjunta Leonor de Jesus Simão Roque Fernandes, caso em que o Tribunal encerraria na prática.

Pela Exma. Magistrada do Ministério Público Coordenadora e pela Exma. Sra. Dra. Maria Cristina Oliveira de Castro foi transmitido que o serviço do Ministério Público se encontra controlado, havendo o cuidado de tentar evitar sobreposições em relação ao serviço judicial, assim permitindo a presença de um Oficial de Justiça na Secretaria.

Pelo Sr. Escrivão de Direito Hélder Rui Ferreira da Fonseca foi proposto que, em face da situação do serviço no Ministério Público, se mantenha o apoio que tem sido prestado,



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

no serviço judicial, por parte do Sr. Técnico de Justiça Auxiliar Filipe Manuel Esteves de Carvalho, proposta que mereceu a anuência de todos os presentes.

Pela Exma. Administradora Judiciária foi assegurada manutenção do apoio que vem sendo prestado na tramitação à distância, designadamente por parte do Núcleo de Oleiros.

Página | 3

Nada mais havendo a tratar, sendo 12:05 horas, a reunião foi dada por encerrada.

A ata foi elaborada pelo Oficial de Justiça que assessorou o Conselho de Gestão, sendo revista pelos respetivos membros e pelos restantes presentes, que assinam em seguida.

**Miguel
Castro**

Assinado de forma
digital por Miguel
Castro
Dados: 2021.11.17
16:07:04 Z

Miguel Mauro Fernandes de Castro
(Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

[Assinatura
Qualificada] **Lígia
Salbany**

Assinado de forma digital
por [Assinatura Qualificada]
Lígia Salbany
Dados: 2021.11.17 16:45:55 Z

Lígia Maria Reis de Moraes e Costa Matos Salbany
(Magistrada do Ministério Público Coordenadora do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

**Célia Rodrigues
Costa**

Assinado de forma digital
por Célia Rodrigues Costa
Dados: 2021.11.18
10:03:01 Z

Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa
(Exma. Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

Célia Patrícia Araújo Costa de Nogueira Flores
(Juíza de Direito)

Maria Cristina Oliveira de Castro
(Procuradora da República)



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

A handwritten signature in black ink, reading 'Helder Rui Ferreira da Fonseca'.

Hélder Rui Ferreira da Fonseca
(Escrivão de Direito)